



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2024 a 30/11/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/5

5.2024.B	Sessão Ordinária - CD	07/11/2024-10:54
Publ.: DCD - 11/8/2024 -	Arthur Lira-PP -AL	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados discursou na cerimônia de abertura da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamntos do G20 — P20. Destacou a responsabilidade dos Parlamntos em enfrentar os desafios globais como a fome, a pobreza, a desigualdade, o terrorismo e a mudança climática. Ademais, ressaltou a necessidade de uma governança global renovada e mais justa, alinhada com as realidades contemporâneas. Adicionalmente, enfatizou os compromissos ambientais e sociais da Câmara dos Deputados como a aprovação da reforma tributária e as iniciativas direcionadas para a pauta verde, a transição energética e a regulamentação do mercado de carbono. Além disso, defendeu a importância da participação feminina nas decisões políticas, exaltando a 1ª Reunião das Mulheres Parlamentares do P20, que produziu a Carta de Alagoas. Por fim, reafirmou o compromisso dos Parlamntos, no contexto internacional, com a sustentabilidade e a colaboração internacional para enfrentar os desafios mundiais.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) - Saúdo o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores e todas as Senadoras do Brasil presentes nesta na Cúpula do P20; a Exma. Sra. Presidente da União Interparlamentar, a Sra. Tulia Ackson; a Secretária-Geral das Relações Exteriores, a Embaixadora Maria Laura da Rocha, que aqui representa o Ministro das Relações Exteriores.

Mais uma vez, quero saudar o Tenente-Brigadeiro do Ar, o Sr. Francisco Joseli Parente Camelo, Presidente do Superior Tribunal Militar. Da mesma forma, cumprimento o Sr. Ministro Jorge Oliveira, que ora representa o Presidente do Tribunal de Contas da União.

Senhoras e senhores membros das delegações do G20, já enumeradas e saudadas pelo Presidente Rodrigo Pacheco, sejam todos muito bem-vindos! Todos os que participam desta solenidade de abertura da 10ª Cúpula do P20, senhoras e senhores, sejam todos muito bem-vindos a Brasília, para a 10ª



Cúpula dos Presidentes dos Paramentos do G20.

É com honra e satisfação que os recebemos no Plenário Ulysses Guimarães, muito honrosamente assim denominado, palco de momentos cruciais da história brasileira e símbolo da nossa democracia.

Os parlamentos e as assembleias aqui reunidos, entre membros do P20 e convidados, falam por mais de dois terços da população mundial. Nossos países respondem por mais de 85% de todas as riquezas geradas no planeta e de 75% do comércio internacional. Há Paramentos de todas as regiões representando diversas tradições políticas e culturais. Isso nos lança uma especial responsabilidade e nos confere uma particular legitimidade no que concerne às propostas que pretendemos apresentar à Cúpula dos Líderes do G20, nos dias 18 e 19 deste mês, no Rio de Janeiro.

Senhoras e senhores, para esta 10ª Cúpula do P20, propomos discutir o papel dos Parlamentares em três eixos prioritários: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; o desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, social e ambiental; e a reforma da governança global.

Não escapará a ninguém a semelhança entre estes temas e aqueles escolhidos pela Presidência brasileira no G20. Com esta convergência, queremos reforçar sinergias e ampliar a voz dos Paramentos na Cúpula do Rio de Janeiro.

A desigualdade persiste e, em alguns casos, aprofunda-se e penaliza centenas de milhões de seres humanos com a fome, a pobreza e a falta de perspectivas sobretudo para as mulheres e as crianças.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH em metade dos países mais pobres do globo regrediu nos últimos anos.

Precisamos, sim, redobrar os esforços para melhor dividir, dentro dos nossos países e entre as nações, a abundância de bens, de serviços e de riqueza que a economia e a tecnologia nos fornecem hoje. Na esfera legislativa, muito pode ser feito para mitigar os efeitos das desigualdades. Aqui no Brasil, por exemplo, estamos comprometidos com a reforma do nosso sistema tributário. Estamos caminhando para um modelo de tributação mais simplificado, racional e justo, de modo a corrigir uma oneração desproporcional sobre o consumo dos mais pobres e a aumentar a previsibilidade para quem gera investimentos, empregos e oportunidades.

No eixo da sustentabilidade, estamos diante dos ingentes desafios da mudança climática. Eles se expressam, de forma cada vez mais frequente, em eventos extremos de inundações, como no Sul do Brasil em maio, e em secas, como estamos vivendo na Região Amazônica, para mencionar apenas situações em meu País.

A crise climática atinge as populações de modo desigual. Investimentos e



responsabilidades na mitigação dos seus efeitos devem ser, portanto, repartidos de forma proporcional e justa.

É importante fortalecer o diálogo e a cooperação entre os países, evitando-se o recurso a fórmulas unilaterais, punitivas ou desequilibradas.

Ao participar da Cúpula do P20 em Nova Déli no ano passado, afirmei que a Câmara dos Deputados do Brasil estava comprometida com a pauta verde, voltada para a transição energética e para a regulamentação do mercado de carbono. É, pois, com grata satisfação que digo às senhoras e aos senhores, meus caros colegas, que os últimos meses foram profícuos no avanço desta agenda.

Aprovamos projetos de lei para regrar a exploração eólica *offshore*, a produção de hidrogênio de baixa emissão, o Fundo Verde, do Programa de Aceleração de Transição Energética. Também continuamos empenhados em regulamentar o mercado de carbono no Brasil. No mês passado, foi sancionada a Lei do Combustível do Futuro, considerada o maior programa de descarbonização da matriz dos transportes e das mobilidades do planeta.

Também recentemente, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Brasil firmaram o Pacto pela Transformação Ecológica, em torno de medidas que reforcem o papel central da sustentabilidade ecológica nos planos de desenvolvimento para nosso País.

Estas ações fortalecem um marco normativo que já está entre os mais avançados e estritos em matéria ambiental do mundo. Consolidamos, assim, as credenciais do Brasil para liderar o debate internacional sobre o desenvolvimento sustentável.

Senhoras e senhores, em nosso terceiro eixo de debates, trataremos, nesta cúpula, também do papel dos Parlamentos na construção de uma governança mundial adaptada ao século XXI. Estamos passando por um período de grandes tensões entre diversas nações. Somam-se a este triste cenário crises humanitárias, climáticas e sanitárias, que têm contribuído para o aumento das desigualdades.

Ao reiterar nossa mais veemente condenação a todas as formas de terrorismo, renovamos o apelo para que todos os Parlamentos se engajem na promoção da paz, com especial atenção para a proteção da vida de civis inocentes. Parte importante deste processo exige uma renovação da governança global. Suas instituições e mecanismos refletem um mundo que não existe mais. Suas respostas já não reúnem a legitimidade necessária a soluções que sejam simultaneamente eficazes e justas.

Como representante dos nossos povos, os Parlamentos devem aumentar sua mobilização em torno de acordos internacionais direcionados à paz, ao maior equilíbrio das relações comerciais, à segurança alimentar, à cooperação científica e tecnológica, à sustentabilidade ambiental e à prosperidade para



todos.

Neste sentido, a renovação do multilateralismo proposta pelo Pacto para o Futuro, adotado em setembro, na ONU, somente será alcançada se houver grande envolvimento dos Paramentos na construção de propostas que remodelam a governança global.

Senhoras e senhores, em todas estas discussões, um aspecto é incontornável: a participação das mulheres nos espaços de poder. Como Paramentos, temos a responsabilidade de promover medidas que possibilitem a presença feminina nas instâncias decisórias de todas as esferas. Em julho, realizamos a 1ª Reunião das Mulheres Parlamentares do P20, que produziu um conjunto de recomendações sob a forma da Carta de Alagoas, objeto dos debates do Fórum Parlamentar do G20 realizado ontem.

Este feito inédito já se inscreveu como um marco na história do P20 e do G20, firmando o entendimento de que a representatividade feminina é primordial e inadiável para qualificar a tomada de decisões em nossas nações.

Reitero o convite para que as próximas Presidências do P20 incluam a reunião das mulheres parlamentares como parte essencial da nossa agenda de diplomacia parlamentar.

Minhas caras colegas e meus caros colegas, este evento reafirma o papel primordial dos Paramentos num contexto internacional dos mais desafiadores da história humana.

Estou certo de que saberemos, aqui, corresponder às expectativas dos nossos povos e sociedades.

Que as sessões de trabalho sejam proveitosas e apontem propostas que nos ajudem a oferecer soluções sustentáveis para os problemas que somente a união e o comprometimento de todos podem resolver!

A construção de um mundo melhor está em nossas mãos.

Muito obrigado a todos.

Documento 2/5

193.2024	Sessão Ordinária - CD	12/11/2024-17:00
Publ.: DCD - 11/13/2024 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário



O Deputado manifestou-se favoravelmente ao mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a redução da jornada de trabalho, porém enfatizou que a discussão da jornada deve ser feita conjuntamente com outras reformas mais amplas. Defendeu a necessidade de enfrentar desafios estruturais como a reforma administrativa, que deve limitar os elevados salários nos três Poderes. Além disso, ressaltou a importância de debater o "Custo Brasil", destacou o impacto negativo da informalidade no mercado de trabalho, sustentou a urgência de uma reforma tributária que incida sobre a renda e o patrimônio, e não apenas sobre o consumo. Adicionalmente, argumentou em prol da desoneração da folha de pagamento. Ademais, elogiou o anúncio feito pelo Presidente Lula sobre o início das obras da BR-319, uma medida fundamental para integrar os Estados do Amazonas e Roraima ao restante do País. Ao final, manifestou-se favoravelmente ao ajuste fiscal e criticou a política monetária do Banco Central, que mantém juros elevados, beneficiando somente o mercado financeiro e prejudicando a população.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu ouvi atentamente a fala sobre a PEC que trata de uma jornada de trabalho, em tese, de 36 horas.

É importante, Deputado Coronel Chrisóstomo, entendermos que esse assunto não pode ser discutido de forma isolada. Eu entendo que é um pleito correto, até porque grande parte dos trabalhadores brasileiros já cumpre uma jornada de 40 horas, mas nós precisamos enfrentar desafios.

Quando eu digo "nós", eu estou falando deste Parlamento. Não é aceitável que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — não enfrente de forma decisiva e corajosa a reforma administrativa, não para tratar de pequenos serviços, de trabalhadores que estão na base da pirâmide, mas, sim, dos altos salários do Legislativo, do Judiciário, do Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos também tratar do Custo Brasil, haja vista que, hoje, muitos daqueles que empreendem, como um pequeno vendedor de lanches, por exemplo, muitas vezes, não têm condições de regularizar a sua situação. Essa é a realidade que se impõe para cerca de 40 milhões de trabalhadores brasileiros e brasileiras que estão na informalidade. Isso representa 38,7% de toda mão de obra de trabalhadores deste País. Mas não só isso. Daqueles que empreendem, mais de 66% estão na informalidade.

Este Parlamento precisa enfrentar isso, porque, quando discute a desoneração da folha, interfere de forma direta no tema de que nós estamos tratando aqui. Por isso, a reforma tributária votada aqui, que é uma reforma do consumo, precisa ser completada com a reforma da renda e do patrimônio. Entendo que nós somos convidados a enfrentar esse desafio.

Assinei a PEC no dia de hoje. Como em todas as PECs, entendo que o bom debate é oportuno, mas ele não se dá de forma isolada. Por sinal, quando nós



discutimos aqui a reforma tributária, muitos setores vieram dialogar conosco — lembro que essa é uma reforma tributária que faz com que quem pague o tributo seja o consumidor. E nós ouvimos atentamente vários setores que se negam a pagar imposto. Essa é a grande realidade. Por quê? Porque, no manicômio tributário que vivemos hoje, o que ocorre é que ninguém, nenhum consumidor deste País — diga-se de passagem que essa tributação é por dentro —, deixa de pagar tributos.

Então, eu assino essa PEC e entendo que nós precisamos avançar nesse debate, mas é um ledor engano achar que isso se reduz a uma simples discussão de jornada de trabalho; que isso vai impor um custo maior para a Previdência ou para outro setor, até porque boa parte dos setores da economia brasileira — e, por sinal, também o setor público — já cumpre uma jornada diferenciada. Nós temos essa característica no setor de comércio, de hotelaria e, principalmente, no setor de serviços. Mas é óbvio que precisamos avançar. Essa é uma luta justa e coerente dos trabalhadores deste País!

Sr. Presidente, eu quero compartilhar com este Parlamento que hoje nós estivemos reunidos com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E nós da bancada do Amazonas tivemos uma notícia alvissareira que nos deixou muito felizes, Deputado Carlos Zarattini. O Presidente Lula anunciou para nós, em primeira mão, a garantia do seu Governo quanto ao início das obras da BR-319, tirando o Amazonas do isolamento. É óbvio que, com essa medida, não há nenhuma irresponsabilidade ambiental. Muito pelo contrário, há a preocupação em cumprir todas as diretrizes feitas quando da discussão da licença prévia e, com isso, tirar o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas do isolamento do restante do Brasil.

Sem dúvida nenhuma, essa é uma grande conquista que vai integrar esses dois Estados brasileiros ao conjunto deste País por esse modal tão importante, que é o rodoviário. Lembro que essa estrada já existe. Inclusive, no verão, ela é muito utilizada pelas pessoas, pelos transportadores de carga e também para o transporte daquilo que tem urgência e emergência. Diga-se de passagem, neste verão, essa estrada foi muito utilizada, Sr. Presidente, Deputado Gilberto, para que o Amazonas não tivesse desabastecimento, principalmente de alimentos e insumos essenciais para a vida das pessoas que vivem naquela região, seja no Estado do Amazonas, seja no Estado de Roraima, haja vista as imposições a nós feitas pela questão ambiental, no sentido de que nós na Amazônia só podemos cultivar 20% da área disponível.

Dito isso, também quero ressaltar aqui o compromisso do Presidente em atender a cidade de Manaus, ao receber o Prefeito David Almeida, no sentido de viabilizar recursos para a mobilidade urbana da maior cidade do Norte do Brasil, que é a Capital do Amazonas, a cidade de Manaus. E assim, com certeza, nós teremos a garantia desses investimentos para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas, resguardando o direito de ir e vir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar passar em branco



a manifestação do Banco Central, haja vista que o Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo. Dizer que o controle fiscal é o único responsável por esse *frisson* causado no mercado financeiro é, no mínimo, não ser responsável, haja vista que todas as medidas do Banco Central, Deputado Zarattini, não foram suficientes para reduzir a inflação. Num passado não tão distante, a inflação caiu para um dígito, quando esta Casa votou um projeto para diminuir a tributação de telecomunicações, de combustível e de energia elétrica. Aí, sim, a inflação diminuiu.

E o que ocorre? Este mesmo mercado, os setores da economia não falam que o povo brasileiro, que os trabalhadores pagaram ano passado algo em torno de 800 bilhões de reais para custo e juros da dívida. Todas as vezes que aumenta a taxa real de juros — e diga-se que no Brasil ela é superior a 8% —, quem ganha com isso é o mercado financeiro, impondo uma dura realidade aos trabalhadores e trabalhadoras deste País e, principalmente, àquelas pessoas que mais precisam do serviço público e da infraestrutura do Estado brasileiro.

Por isso, é importante que nós enfrentemos essa discussão, mas é importante também que se diga — e eu defendo o ajuste fiscal, o controle das contas públicas — que são inaceitáveis essas medidas do Banco Central que destoam da realidade econômica deste País, seja pelos indicadores de desemprego, o melhor da série histórica deste País, seja pelo volume de investimentos estrangeiros, seja pela ocupação da geração de emprego e renda, seja pelo fortalecimento da cadeia produtiva da indústria e do agronegócio no nosso País. É inaceitável isso!

Nós vamos continuar defendendo a responsabilidade do Banco Central e medidas que venham efetivamente ao encontro do povo brasileiro e não de meia dúzia de executivos da Faria Lima, que continuam, infelizmente, ditando a regra e impondo uma dura realidade para a grande maioria do povo brasileiro.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade a mim concedida e solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Documento 3/5

208.2024

Sessão Ordinária - CD

26/11/2024-16:44

Publ.: DCD - 11/27/2024

Zé Neto-PT -BA

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

O Deputado, ao retornar à Câmara após licença para disputar a Prefeitura de Feira de Santana (BA), destacou desafios enfrentados no processo eleitoral, como a organização da boca de urna, compra de votos e disseminação de fake news. Chamou atenção para a necessidade de maior rigor legislativo para proteger a democracia e enfrentar práticas ilícitas. Em seguida, reforçou a importância do comprometimento com a reforma tributária, visando melhorar a economia e gerar empregos, e enfatizou a responsabilidade de garantir o Estado Democrático de Direito e o futuro democrático do Brasil.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto a esta Casa, depois de 4 meses de licença. Tive a honra de representar o meu grupo político em Feira de Santana na disputa para Prefeito. Foi uma eleição apertada, em que tivemos 47% dos votos.

No retorno à Casa, ficam algumas experiências e questões a serem colocadas não só por mim, mas também pelos Deputados que acompanharam o processo eleitoral que se deu este ano, para que possamos aprimorá-las e, evidentemente, enfrentá-las.

Nós temos a chamada "boca de urna", que, no passado, era algo simples, leve: as pessoas apenas distribuíam os santinhos dos candidatos. Hoje, essa prática tornou-se altamente organizada. Eu diria que a compra de votos, junto com as *fake news*, e a participação de organizações que não são da política, mas que estão dentro da política, criaram um ambiente que entrou em combustão de forma extremamente rápida, do ponto de vista das ilegalidades, nos processos eleitorais que se deram em todo o Brasil.

O que nós temos que cuidar nesta Casa é do aprimoramento da democracia. E a democracia, nesta eleição, inclusive com todo esse processo absurdo de criminalização presente, deve ser revista. É preciso defender a democracia, além de corrigir essas situações de *fake news*, de boca de urna. Chega! Se a mulher, se o homem, se alguém vai votar, tem que votar e acabou. Não precisa ter boca de urna. Há necessidade de maior rigor. Nós não demos as respostas em relação às *fake news*. Nós não trouxemos uma norma mais rigorosa a respeito disso. Nós estamos brincando com a democracia.

Agora, tudo isso se encontra com a tentativa de golpe, que está clara, do ex-Presidente e alguns do seu grupo político, que nos traz uma grande responsabilidade com o Estado de Direito, com a sociedade, com a nossa democracia, com o presente que vivemos e com o futuro que nós queremos para o País.

Orgulhoso por estar de volta a esta Casa, Sr. Presidente, eu quero deixar este depoimento, no sentido de que nós temos muita responsabilidade neste fim de ano, principalmente com esses temas. Mas temos compromisso também com a



reforma tributária, que está no Senado. Temos que trazê-la para esta Casa, a fim de entregar ao País um tento importante para a nossa economia, para a geração de emprego e renda e para o nosso desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

Documento 4/5

211.2024	Sessão Ordinária - CD	27/11/2024-17:16
Publ.: DCD - 11/28/2024	Zé Trovão-PL -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou para os riscos do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, em tramitação no Senado Federal. Informou que a proposta pode inviabilizar o SIMPLES Nacional, colocando em risco a sobrevivência de 67% das empresas que dependem do regime tributário. Destacou que isso pode levar milhares de famílias à perda de emprego e criticou a falta de soluções para que o IVA contemple as demandas do setor. Atribuiu a responsabilidade ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, afirmando que as mudanças podem causar impacto grave na economia e nas famílias brasileiras.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós tivemos um almoço muito importante com a Frente do Empreendedorismo, para tratar do SIMPLES Nacional, que está correndo o risco de deixar de existir: 67% das empresas devem entrar em falência ou deixar de se dedicar ao que fazem de forma legal. Milhares de famílias brasileiras vão perder o emprego. Por quê? Porque a "deforma" tributária que está sendo discutida no Senado não tem uma solução para que o IVA comporte a agenda do nosso SIMPLES Nacional.

Nós estamos criando um monstro, e esse monstro vai quebrar o Brasil, vai falir a família brasileira. E a culpa disso é do Presidente desta Casa e do Presidente Rodrigo Pacheco!

Documento 5/5

211.2024	Sessão Ordinária - CD	27/11/2024-15:16
Publ.: DCD - 11/28/2024 -	Coronel Chrisóstomo-PL -RO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

O Deputado criticou a ideia de que o ex-Presidente Jair Bolsonaro tentou dar um golpe com um pequeno grupo de militares, afirmando que um golpe real exigiria a participação de quase 400 mil militares. Defendeu a concessão de anistia aos presos que não devem nada, comparando com a anistia concedida aos militantes de Esquerda após o período militar. Além disso, se posicionou contra a reforma tributária que afeta apenas os militares, sugerindo que ela deveria ser estendida a todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pediu uma reforma mais ampla para todos os servidores públicos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado por esta oportunidade.

Olá, Rondônia!

Olá, Brasil!

Olá, Srs. Parlamentares que aqui estão!

Estou vendo daqui o Deputado Messias Donato, grande Deputado do Estado do Espírito Santo, e o Deputado Marcel van Hattem, da cidade de Dois Irmãos.

Conheço a sua cidade no Rio Grande do Sul, Deputado Marcel van Hattem, até porque trabalhei por 10 anos no Estado e morei em quatro Municípios. Meu coração também é gaúcho.

Vou falar daqui para o Brasil ouvir, para o Brasil entender algumas verdades. Mas eu quero começar, Deputado van Hattem, com uma fala do ex-Presidente da República Michel Temer. Eu vou repetir: do Presidente Temer. Que isso sirva para o outro lado, da Esquerda, e para nós da Direita. Temer falou, segundo um jornal: *"Sem o apoio das Forças Armadas, não há golpe possível no País"*. Ora, perceberam o que o Temer falou?

Estão dizendo aí que o nosso Presidente Bolsonaro queria dar um golpe no País com meia dúzia de militares, com meia dúzia de militares, sendo um general da reserva. Brasil, não existe isso em nenhuma parte deste universo! Nenhuma nação tem condições de dar golpe com seis militares. Só acredita nisso quem está iludido, quem não tem condições de pensar como o Brasil precisa ser pensado. É uma irresponsabilidade, gente, tentar fazer os brasileiros entenderem que Bolsonaro queria dar um golpe com meia dúzia de soldados.

Temos no País quase 400 mil militares nas Forças Armadas, 400 mil, mais de 300 mil. Se as Forças Armadas quisessem dar um golpe no País, teria que ser no mínimo com esses quase 400 mil soldados. Aí, sim, poderíamos pensar que isso é verdade ou que poderia ser verdade. Agora, com meia dúzia de soldados, Deputado Sargento Fahur, não se faz nem uma patrulha bem-feita, muito



menos tomar conta do País!

Meu Deus do céu, aonde iremos chegar? Está na hora de todos nós pararmos, todos os Poderes, e pensarmos no Brasil, pensarmos na vida dos brasileiros, dos rondonienses, dos que estão passando fome! É isso o que precisamos fazer, independentemente dos Poderes, do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, senhores, sem pensarmos em partido, em cores!

Ex-Governadora do Rio de Janeiro, vamos esquecer cores e partidos e vamos pensar no Brasil, nos brasileiros, nos que estão passando por dificuldade, nos que estão presos sem dever nada! Está na hora da anistia!

Por falar em anistia, senhores, vou trazer algo aqui para a memória dos brasileiros. Alguém aqui, um Deputado da Esquerda, há pouco falou de 64, mas não há problema, eu vou atualizá-lo. Ele disse que faziam coisas erradas naquela época e que estão fazendo a mesma coisa agora. Não estão fazendo isso, não. Sabem por quê? Não é igual.

Sabe por que não é igual, Brasil? Sabe por que não é igual, Rondônia? Não é igual porque no período militar tivemos uma ex-Presidente que assassinou um soldado no Quartel General de São Paulo. Eu a chamo de ex-Presidente; há pessoas aí que a chamam de ex-Presidenta. Ela assassinou um soldado do Exército na frente do quartel junto a outros.

Estão vendo por que não é igual? E era no período militar. Há mais: outros indivíduos de partidos, como PT e PCdoB, metralharam cidadãos no período militar. Mataram cidadãos civis e militares. Estão vendo como não é igual? No período militar, eles estraçalhavam o povo brasileiro e metralhavam os militares. Essa é verdade.

Agora, há uma coisa, Deputado Messias Donato, algo interessante. Há uma jornalista que assaltou banco naquele período; uma jornalista que está na TV hoje e que assaltou banco. Eles assaltavam bancos. E sabe o que aconteceu? Isso é importante que eu fale. Atenção, Brasil! Preste atenção! Sabe o que aconteceu? Houve anistia para eles. Ninguém deve mais nada do período militar. Foi tão ruim que houve anistia. Eles não são mais assassinos, não são mais assaltantes.

E agora, senhores, será que não está na hora de nós fazermos a mesma coisa aqui? Vamos anistiar o nosso povo, senhores!

Judiciário, está na hora de pensarmos no nosso povo humilde, que não deve nada, Excelências. Anistiem esse povo! Eu, como Parlamentar, da tribuna, lugar sagrado para nós, estou pedindo isso às autoridades do Judiciário. Deem anistia ao nosso povo que está preso, que não deve nada, Excelências. Está na hora de fazer isso!

Eu vou concluir. Vou falar dos meus soldados. Vou falar dos militares das Forças Armadas. Dentre os militares das Forças Armadas, meus amigos



Deputados, o mais alto nível, o mais alto grau é o de general quatro estrelas. Com 40 anos de serviço, comandando uma região do País, ele ganha menos do que alguém que faz um concurso para o Judiciário, um concurso para o Legislativo, um concurso para o Executivo, mesmo sendo um general quatro estrelas.

Portanto, senhores, por que fazer reforma tributária contra os militares?

Para que, gente? Para prejudicá-los?

Excelência, vou concluir, meu amigo.

Para que fazer reforma tributária somente em cima dos militares das Forças Armadas? *"Ah, mas não gostamos deles"*. Há militares, cuja atitude eu não gosto, que não agem como um comandante deveria agir, mas eu não posso jogar todas as minhas Forças Armadas, a que eu pertença, lá no lugar aonde ninguém deve ir.

Peço só mais 30 segundos e eu encerro, Excelência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Joseildo Ramos. Bloco/PT - BA) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) - Então, não dá para colocar só as Forças Armadas nessa reforma, retirando benefícios, gente. Para quê isso?

Vamos fazer o seguinte: vamos fazer reforma nos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário? Pronto, eu abro a conversa aqui. Vamos fazer uma reforma geral para todos os Poderes.

Fiquem com Deus! Até a próxima.
